



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA A DEZANOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE

ATA NÚMERO UM

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, na sede da Junta de Freguesia de Fermentelos, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de Fermentelos com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto único: Apreciação do Relatório de Peritagem realizado ao Auditório e votação sobre as considerações finais do mesmo.-----

Estiveram presentes a Presidente da Assembleia Sílvia Nolasco, os secretários da Assembleia Alfredo Santos e Cláudia Pereira e os restantes membros da Assembleia João Fernandes, Patrícia Pires, António Ferreira, José Lopes, Rui Moreto e Luísa Rodrigues.-----

A Junta de Freguesia de Fermentelos fez-se representar pelo Presidente Carlos Lemos, o Secretário Artur Neves e a Tesoureira Olga Pinho.-----

A presidente deu início à sessão, começando por cumprimentar todos os presentes, membros do Executivo, membros da Assembleia e público presente. Apelou a um trabalho produtivo dentro das normas do Regimento da Assembleia. Deu conhecimento da ausência do Pedro Silva (CDS), por pedido de suspensão de mandato, em sua substituição está a deputada Luísa Rodrigues.

Sílvia Nolasco começou por pedir desculpa em relação ao termo "votação" que consta no ponto único da convocatória da assembleia, e pediu para se alterar o ponto para: **Apreciação e análise do relatório de peritagem realizado ao auditório.**-----

Rui Moreto acrescentou que havia um requerimento dos membros da assembleia exatamente para se retirar o termo "votação", pois não fazia sentido proceder-se à votação de um relatório técnico. Requerimento que se anexa à ata.-----

Procedeu-se à votação e a alteração **foi aprovada por unanimidade.**-----

Passou, então, Sílvia Nolasco, ao ponto único da assembleia: **Apreciação e análise do relatório de peritagem realizado ao auditório.** Explicou que o Presidente da Junta solicitou a realização desta assembleia extraordinária, porque surgiram dados novos de extrema importância sobre este assunto para prestar esclarecimentos.-----

Carlos Lemos cumprimentou os presentes, referiu a assembleia extraordinária onde foi aprovada a manutenção do auditório, o que o executivo acatou e respeitou. Este ano um dos protocolos aprovados por esta assembleia de freguesia, era restaurar e arranjar o auditório, foram chamadas várias pessoas para dar orçamentos e ver o que era possível arranjar, tendo, nesta altura, o executivo, sido advertido em relação à segurança do auditório. Em relação à segurança do auditório, o anterior executivo referiu que este reunia essas condições de segurança, mas não existia nenhum documento que o comprovasse. Deste modo, o executivo pediu o parecer técnico a uma pessoa credenciada para fazer este tipo de trabalho. O presidente referiu, também, que não existe nenhum projeto na Câmara, que possa ser avaliado por esse técnico para efetuar o estudo e acrescenta que o problema do au-

Alto

João Fernandes



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

ditório é a pala, a estrutura da pala, o qual se pode observar pelo painel de azulejo que está a abrir. A flecha da pala tem o dobro do tamanho que é permitido por lei, foram feitos levantamentos topográficos e cumpridos todos os requisitos necessários. O executivo foi aconselhado a interditar o auditório, foram avisadas as comissões de festas, para retirarem os seus pertences, o que fizeram imediatamente, e o assunto foi comunicado ao Senhor Presidente da Câmara por email, como responsável máximo da Proteção Civil. Refere que está a responder a dois emails dos membros da assembleia e que fez questão que fosse convocada uma assembleia e não uma reunião de trabalho para que tudo ficasse registado em ata, para não se cometerem erros do passado. O presidente passou, então, a ler as considerações finais do respetivo documento. Refere ainda que, o perito desconhece que o auditório foi feito com a boa vontade de voluntários, o que certamente aconteceu com muitos no nosso concelho e pelo nosso país fora. De seguida questionou se existe alguma pergunta técnica que queiram colocar sobre o estudo. Rui Moreto pediu para o Presidente definir "técnica", ao que o presidente respondeu, em relação aos números apresentados no estudo de engenharia. Não houve questões dos membros da assembleia.-----
Sílvia Nolasco, devido à excecionalidade do assunto a ser discutido, resolveu propor à votação dos membros da assembleia, dar a palavra ao público por um período máximo de trinta minutos. Colocado à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando início ao período de intervenção do público, Amílcar Dias começou por questionar qual a solução para o auditório. Se está em perigo qual a solução, renovar aquele ou fazer um novo, questionou. Pensa que foi construída uma viga para suportar o peso, construindo no centro uma base e uma coluna no meio, resolvia o problema, concluiu o senhor Amílcar Dias.-----
Sílvia Nolasco resumiu que o Senhor colocou uma questão, qual era a solução para a auditório e que, ao mesmo tempo, estava a dar uma solução que era a construção de uma base e uma coluna ao centro. O Senhor Amílcar refere que o técnico não analisou o que está por baixo da terra e se está bem ou mal feito. Refere que quem o fez, o fez com segurança.-----
Helena Timóteo questionou quem é a pessoa idónea que realizou o estudo. O Senhor Valdir referiu que as questões que queria colocar já tinham sido colocadas. Também Sara Neves questionou se este era o único parecer técnico, ou se estavam a pensar pedir outro.-----
O Senhor Presidente referiu que irá responder mais tarde às questões do Senhor Amílcar. Como resposta à questão de Helena Timóteo, o Senhor Presidente leu as credenciais do técnico incluídas no documento. Em resposta a Sara Neves, o Presidente referiu que este é o único estudo, porque estes têm custos.-----
De seguida, Sílvia Nolasco, deu a palavra aos membros da assembleia e lembrou o tempo máximo das intervenções dos membros da assembleia.
Rui Moreto perguntou se o Presidente tem mais informações a dar, pois não a fez chegar e se não seria melhor dar essas informações para também ajudar à discussão, procedendo, depois à discussão. Sílvia Nolasco refere que se deve debater este assunto, ponto único da convocatória extraordinária e que, se depois o Presidente der novas informações, se procede a nova dis-



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

cussão,

António José refere que, na assembleia onde foi decidido o destino do auditório, de 18 de Maio de 2018, o executivo acatou as decisões da assembleia. Acrescenta que o próprio executivo também faz parte da assembleia e, como tal, fazem parte da decisão. Nessa assembleia foi feita uma declaração de voto para que a nossa decisão fosse executada, não por meros caprichos individuais, mas por uma decisão baseada em segurança e pediu que o executivo solicitasse um estudo à Câmara, a título privado, para avaliar a segurança das condições do auditório para os utilizadores e para as pessoas que passam na zona circundante ao auditório, tendo sido respondido que, se continuassem a colocar entraves, a obra nunca iria aparecer. Na altura questionou se havia dinheiro para remodelação ou se se iria pensar numa alternativa ao auditório, tendo sido respondido que não. O que estava a votação era, ou fica como está, ou vai abaixo. Nessa altura, para não inviabilizar a obra, votaram para o auditório ficar. Referiu também que, em Maio de 2018 não havia dinheiro nem tempo para fazer o estudo, mas a obra começou em janeiro de dois mil e dezanove, oito meses depois. Assim sendo, como é que agora em catorze ou quinze dias já havia dinheiro. Questionou sobre quem mandou fazer o estudo, se houve alguma alteração em relação há dois anos, e se poderia o relatório mencionar algum dano resultante das obras que não constasse do relatório. Se a questão da pala não tem nada a ver com as obras, questiona, portanto, o porquê de só agora se pedir o relatório. Continua, dizendo que, nas considerações finais do relatório, é referido que o auditório deve ser inutilizado imediatamente pela Junta de Freguesia ou Proteção Civil. Se o relatório é de vinte de Maio por que razão ainda hoje não está interditado, nem tem sinalização a identificar o perigo num edifício que deve ser inutilizado imediatamente e que oferece um perigo iminente aos seus utilizadores. Questiona também o fato de o Presidente da Câmara ter sido notificado e ele como autoridade máxima da Proteção civil ainda não ter convocado o Serviço Municipal de Proteção Civil, ou o próprio não ter vindo ao local. Também questiona as comissões de festas, se foram informadas que a partir de vinte de Maio o auditório estava interditado, se tinham conhecimento e foram utilizadores por sua conta e risco, ou se não estavam informados e o executivo foi conivente ao assumir que estava a haver uma utilização do edifício que corria o risco de colapsar.----- Rui Moreto começa por enunciar uma declaração de interesses porque há dois anos atrás votou a favor da demolição do auditório, apontando várias falhas de segurança e em como não havia nada que comprovasse que era seguro. Nessa altura vários membros da assembleia questionaram em relação à segurança e foi defendido e garantido que era seguro. O presidente referiu que não havia nada por escrito, mas acatou na mesma a questão da segurança e não pediu nenhum estudo como foi sugerido nessa assembleia, passados dois anos a questão de não haver nada por escrito já é importante, considera isto uma falha que, com certeza, o Presidente irá assumir. Pediu a data em que foi enviado a informação escrita ao Presidente da Câmara visto que é a autoridade máxima da Proteção Civil e a resposta que foi dada pelo mesmo. Questionou em relação às considerações finais do relatório, em que a pala devia ser imediatamente removida, porque é que não foram



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

colocados avisos, mesmo que provisórios, para quem passasse, crianças ou as comissões de festas, tivessem noção de que havia um parecer que punha em causa a segurança da pala do auditório. Foi uma falha gravíssima passados 30 dias ainda nada se ter feito nesse sentido. Queria também ser esclarecido do motivo pelo qual não foram colocados avisos nesse espaço, sendo que o espaço devia ter sido interdito para segurança de todos. Considera este um assunto é de extrema importância para Fermentelos, pois considera que, quer seja para demolir, quer seja para conservar, tem de haver alguma solução. Chamar este assunto para uma assembleia para uma sexta-feira, em que foi pedida documentação adicional para uma discussão séria e ninguém responde à solicitação de informação adicional, a Senhora Presidente da Assembleia não faz cumprir os pedidos dos membros da assembleia ao executivo, por isso estão a discutir um assunto com poucos elementos, é portanto inconcebível tirar algum proveito numa assembleia em relação a este assunto. É, portanto, mais uma crítica. Se queremos ser sérios é necessário respeitar a Assembleia de Freguesia, os membros da assembleia e fornecer as informações e os elementos que pedem, se for de todo impossível têm que informar, encontrar uma solução e, se necessário for, encontrar outra data para a assembleia ser realizada. Em relação ao parecer técnico, quando diz que o espaço tem de ser interditado imediatamente, em que a pala tem de ser demolida, a Junta de Freguesia tem de apresentar uma solução à assembleia. Questiona se, com a demolição da pala, a empresa técnica assegura que a estrutura por baixo não é afetada? Refere também que, inicialmente, a Junta não tinha capacidade financeira, atualmente o que é que há de novo em relação a isso, há dinheiro, não há, a Câmara em relação a este assunto pronunciou-se, está disponível para colaborar? Diz que são uma série de questões que o Presidente tem de responder.-----

Luísa Rodrigues começa por dizer que, se este é um assunto do interesse para a freguesia, é lamentável que o Presidente da Junta diga que só fornece mais informações depois das perguntas, pois isso responderia a muitas questões. Depois dessas respondidas, poderiam ser colocadas novas questões, isto sim, seria uma discussão saudável e séria. Reforça a parte do perigo, quando depois de ler o relatório verificou que não se colocaram umas fitas, ainda que provisoriamente e refere que o executivo foi irresponsável. Questionou o custo do relatório, a opinião do executivo em relação ao relatório, quais as soluções que tem para resolver o problema, quais os valores para a demolição ou reconstrução, quem irá fazer o trabalho e por quem irão ser suportados os custos.-----

José Lopes pergunta, considerando que a Junta tem em seu poder este relatório desde 20 de Maio, já foi levado a reunião do executivo, o que é que o executivo resolveu em relação ao mesmo relatório. De seguida, leu as considerações finais, em que refere a falta de segurança da pala e que o edifício deve ser inutilizado imediatamente. Perante isto, pergunta, quais foram as diligências do executivo, visto terem o relatório desde vinte de Maio. Vai a pala abaixo? Vai o auditório abaixo? É isso que todos precisam de saber. - -

Sílvia Nolasco deu a palavra ao Presidente para responder às questões colocadas, que começou por dizer que as perguntas eram basicamente as mesmas. Começou pela interdição do auditório, referindo que assim responde a



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

todos. Disse que no arraial não existem eventos, este está interdito devido à situação do Covid-19, as comissões de festas foram informadas para retirar o que estivesse nas salas. Responde ainda sobre a colocação de umas fitas, na parte de cima do auditório, refere que sim que devem ser colocadas e que irão ser colocadas na manhã seguinte. Respondendo ao deputado António José diz que se basearam na informação do anterior executivo, o anterior presidente disse que levou alguém ao auditório que avaliou e deu garantia que o auditório estava em ordem. Quem era essa pessoa, nunca o disse e não está registado em ata, mas todos confiaram na palavra do anterior presidente. E, repetindo o que disse na introdução e conforme aprovado em assembleia de freguesia, havia uma verba para a remodelação do auditório, mas ao chamar alguns construtores para dar orçamento, foi-lhes aconselhado pedir este estudo. Entendeu, então, o executivo, contratar uma empresa, um técnico para o fazer e está feito. António José questionou se havia uma verba para a requalificação do auditório, ao que o presidente respondeu que sim que existe e que foi aprovada por ele em assembleia de freguesia. Respondendo ao Rui Moreto, confirmou que foi mandado um email ao Presidente da Câmara, depois poderá confirmar a data, mas, devido ao tamanho do ficheiro, foi devolvido e, posteriormente, foi enviado noutra formato, (mas que tem em sua posse os documentos todos, que podem ser analisados, se assim o entenderem). O edifício não pertence à Câmara mas sim à Junta, mas se assim o desejarem poderá ser pedida opinião aos técnicos da Câmara, mas pensa que não irá acrescentar mais nada. Em relação às questões das verbas, falará a seguir. Respondendo a Luísa Rodrigues, o Presidente diz que em relação ao custo do relatório, terá de enviar essa informação e que a vai fazer chegar por email. Sobre o valor para construir ou demolir e se vai ser suportado pela Câmara ou não também responderá a seguir.-----

A posição do executivo em relação ao relatório é respeitar. Respondendo a José Lopes, em relação ao parecer do executivo face ao relatório apresentado, o Presidente deu a palavra ao secretário Artur Neves para a leitura do documento da reunião do executivo. Artur Neves, pediu autorização para complementar a informação relativamente à questão da cronologia e, respondendo às questões do António José relativamente ao avançado estado das obras e para que se entenda o porquê de só agora o executivo ter solicitado este estudo, Artur Neves refere que, se todos se lembram quando em dois mil e dezoito veio este assunto à assembleia, já tínhamos o orçamento de investimento aprovado e não havia cabimento para essa obra, porque a preocupação na altura era a aquisição do terreno para fazer a expansão do cemitério. Em consequência disto foi dito que não havia verba para a demolição ou reconstrução do auditório. Em 2019 o foco de investimento da Junta foi outro e, portanto, não foi o auditório, até porque foram realizados alguns eventos no auditório. Em 2020, foi aprovado pela Assembleia, o PPI, que previa uma verba para a reconstrução do auditório e para a reconstrução do edifício dos correios, indo de encontro ao que o Presidente tinha falado. Daí que, em dois mil e vinte, começaram a solicitar orçamentos para a reconstrução do auditório e foram, então, alertados para os custos de uma reparação, dentro das verbas que tinha sido aprovadas, tendo sido aí que

Almas

João Fernandes

B

R

Shane



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

fez o "clic", para pedir este estudo. Para além das informações já fornecidas, respondeu a algumas questões que não foram respondidas, a informação solicitada pelo deputado Rui Moreto para além da ata da reunião do executivo poderá, também, ser dada uma cópia da reunião onde foi analisado este estudo. No fundo reflete o que motivou o executivo a solicitar este parecer técnico, o histórico destes dois anos e a deliberação do executivo em relação ao parecer técnico. Sobre a informação da Proteção Civil e sobre o envio dos emails, a informação foi enviada a 21 de Maio à Câmara Municipal, neste caso para o Presidente, não se aperceberam que o email não foi recebido porque o anexo era pesado e não entrou na box da câmara. Quando, passado algum tempo se aperceberam que o email não tinha sido recebido, a 8 de Junho, voltaram a enviar o email. Passou, então, a ler a ata do executivo que data de dois de Junho e que se anexa à ata. Refere ainda que, há uma informação pertinente na página doze do relatório, que refere a interdição do edifício, passando a ler a informação que consta nessa página que diz que a interdição se refere só à pala e não ao piso inferior. Para concluir, o presidente referiu que no início da assembleia perguntou se alguém teria alguma questão técnica para colocar, como ninguém fez nenhuma questão, dispensou o Engenheiro que se encontrava na sala. Luísa Rodrigues referiu que o Presidente perguntou se queriam fazer perguntas técnicas, António José referiu que não tinham conhecimento que o Engenheiro se encontrava na sala e Rui Moreto referiu "transparência impecável". A Presidente da Assembleia interveio e exigiu respeito.-----

De seguida deu início ao segundo período de intervenção dos membros da assembleia. António José referiu que o Presidente disse que, se fazíamos assim tanta questão que o auditório tivesse a fita, então, seria colocada no dia seguinte, e questionou "nós" quem? A assembleia? Só porque foi dito em assembleia que era necessário colocar a fita? Leu a lei 75 de 12 de Setembro de 2013: Regime jurídico das autarquias locais, "são atribuições da freguesia, a punição e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município com realce para o domínio da proteção civil e proteção da comunidade", ainda no mesmo decreto-lei, são da competência do presidente, "informar a câmara sobre a existência de edifícios degradados, ou que ameacem desmoronarem-se e providenciar a respetiva vistoria", e a pergunta que colocou foi, se a câmara já fez a respetiva vistoria, após ter tomado conhecimento do tal relatório. E voltou a frisar que não foi porque foi falado em assembleia de freguesia, mas sim porque é uma competência da freguesia e do Presidente da Junta de Freguesia, só se a lei mudou e se assim foi, o Presidente poderia corrigi-lo. E citou, "não há eventos por isso é que não foi sinalizado", então como é que nós garantimos que as pessoas estão informadas de que ali está um perigo, se não há nenhuma sinalização, mas ressalva, o Presidente disse bem, não é por estarem as fitas que impede que as pessoas vão para o auditório, mas sinalizando, pelo menos estamos a informar as pessoas que está ali um perigo. Passou um mês e ninguém informou que havia ali um perigo, que pelos vistos é iminente, como foi dito, e o nosso executivo está aqui a dizer que não há eventos. Refere que o Artur disse que o problema está na pala, e não no piso inferior que só tem problemas de insalubridade e não de es-